



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Preocupações de férias



31 Julho 2006

Pelo segundo ano consecutivo no mandato do actual Governo do PS, com maioria absoluta, as férias dos Sargentos e das suas famílias correm debaixo de fortes preocupações derivados da instabilidade e insegurança criadas pelas medidas governamentais já tomadas e as anunciadas, no âmbito das carreiras, da assistência na doença e social complementar, do custo de vida, do aumento do desemprego, das preocupações pelo fim do ano escolar (há exames, não há, repete, não repete) e pelas despesas de Setembro na abertura do próximo ano escolar.

Dizem alguns responsáveis políticos pelas medidas que conduziram o País a esta situação de crise: "É a Vida!" Pois é. Só que é pródiga em lucros crescentes, reformas duplas e triplas para uns, do mesmo "naípe", e madrasta para outros levando-os à míngua de perspectivas de futuro.

Ultimamente os dirigentes da ANS têm sido confrontados com o facto de divulgarem junto dos Sargentos de Portugal, aspectos preocupantes que são, desta ou daquela forma divulgados nos Grupos de Trabalho (GT).

O curioso é que, de um modo geral, o incómodo não tem a ver com o conteúdo do que divulgamos, mas com o facto de divulgarmos. Porque, dizem, foram declarações informais, no calor da reunião, num contexto próprio, feitas no pressuposto de que haveria discrição e as palavras morreriam entre as paredes onde ressoavam. Ou seja: temos sido criticados, não pelo que dissemos, mas por termos dito o que se pretendia calado.

Mais uma vez a concepção de que as associações socioprofissionais, para serem integradas de acordo com a lei, têm de se abster de divulgar junto dos seus camaradas e representados os aspectos que mais os preocupam. Se quiserem jogar esse jogo, e dar cobertura ao arremedo que está na origem de todos estes trabalhos sem regras conhecidas, mas lesivas da Condição Militar, então serão integradas e terão acesso aos salões dourados onde tais discussões decorrem. Caso contrário, como maus alunos, ficam de castigo, ostracizadas em relação ao poder político. Cumprir a lei é que o Poder não quer, e usa todas as desculpas para justificar o injustificável.

No entanto, **o Governo na pessoa do seu PM tem, em tempo estival, uma oportunidade soberana de mostrar que está de boa fé, que deseja honrar a sua palavra, dada aos CEM perante o anterior PR, e que não têm fundamento os alarmes que as associações vão transmitindo à Família Militar.**

O senhor Primeiro-ministro poderia fazê-lo dando três sinais de boa vontade e de disponibilidade para dialogar e resolver os problemas existentes, credibilizando os CEM e desmentindo aquilo que a imprensa vem dizendo acerca do que espera do actual ministro da Defesa Nacional.

O senhor PM poderia começar por despachar relativamente à Carta dos CEM, sobre o diferendo que opõe os seus despachos interpretativos e o parecer (e prática!?) da CGA na pessoa do senhor Serafim Amorim. E esse despacho poderia ser uma orientação ao actual MDN de modo a que este, resolvendo o diferendo a contento dos CEM e dos militares, adquirisse a imagem de que de facto é ele que decide sobre a matéria da sua tutela.

Sobre outra questão polémica: a Mobilidade. A denúncia que fizemos criou muito incómodo, do qual já nos deram nota. Também aqui a questão é simples: **clarifique o senhor PM que a mobilidade que o Governo tem em mente para os militares é aquela que nós e as nossas famílias conhecemos e praticamos desde sempre, e não a que o Governo quer impor a toda a Administração Pública. Escreva o desmentido e nós ficaremos agradecidos por sermos desmentidos.**



Um terceiro sinal, provavelmente mais fácil porque é uma iniciativa do próprio Governo, tem a ver com a **publicação urgente do quadro normativo da nova ADM** produzido em sede de GT, com base no qual o IASFA, como entidade gestora, está a funcionar. **Neste caso não se entende. Sendo a nova ADM fruto do desejo do Governo porque motivo a mantém na ilegalidade normativa?** Extinto precipitadamente o GT, sem que nenhum documento normativo esteja publicado, sem que a entidade gestora tenha aprontadas todas as condições físicas para o seu funcionamento, sem que toda a situação de transferências de verbas e de liquidação dos passivos anteriores tenha sido concluída, **a assumpção da publicação dos diplomas e da situação do IASFA, blindando o seu património em relação aos passivos da ADM, seria, sem dúvida um bom sinal. Sinal no sentido da tranquilização e de um espírito construtivo por parte da tutela.**

Mau sinal, de intranquilidade, de fuga ao diálogo e ao encontrar das soluções adequadas à salvaguarda da Condição Militar, no respeito pelo compromisso do senhor PM aos CEM e ao anterior PR, são os 25 processos disciplinares que estão a decorrer em fases diversas do seu trânsito, no curto mandato do actual Governo.

Em particular, pela sua actualidade, os dois processos disciplinares que ainda estão a decorrer na fase instrutória, instaurados aos dois dirigentes associativos - da ANS, Vice-presidente da Direcção, camarada David' Pereira, e da APA, Presidente da Direcção camarada Luís Reis. São dois casos, que tal como outros no passado das associações, devem merecer a nossa atenção e solidariedade.

Estes processos consubstanciam um ataque ao associativismo socioprofissional dos militares, tendente a calar e a retrain aqueles que não se conformam com as medidas negativas impostas pelo Governo. Quem não é a favor das medidas cegas já tomadas e outras em carteira para serem tomadas, sofre as represálias que o Governo consegue impor aos CEM, transferindo o problema para uma sede onde não teve origem nem terá solução.

Mais uma vez se está a utilizar um instrumento regulador da disciplina militar, não para cumprir o seu papel na manutenção da disciplina nas fileiras e salvaguarda da operacionalidade, mas para reprimir aqueles que defendem os nossos interesses e denunciam o ataque vil e infame a que a Condição Militar tem sido submetida.

Afirmar que o militar é um Cidadão em Uniforme, sujeito a especiais deveres, mas também senhor dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente estabelecidos, embora com as restrições previstas "*...na estrita medida das exigências próprias das respectivas funções...*", é fulcral na defesa da Condição Militar. **Os direitos só se conquistam e salvaguardam, exercendo-os! Defendê-los é simultaneamente um direito e um dever de cidadania: - Defende-os!**

Devido ao reiterado incumprimento da Lei Orgânica 3/2001, de 29 de Agosto, as associações socioprofissionais dos militares decidiram deixar claro que estão de fora do GT da reestruturação das carreiras dos militares das forças armadas, não por opção própria, mas porque, de facto, nunca lhes foi permitida uma integração plena. E, no caso da ANS, só voltaremos a cooperar desde que a Lei seja integralmente cumprida, e o debate seja em torno dos problemas existentes e das soluções para os ultrapassarmos. **Um novo modelo de carreiras militares só faz sentido se for construído sobre uma base sã e sólida, nunca nascendo enfermo e viciado pelos males actuais.**

Mais uma vez as nossas férias terão de se repartir entre a família e a luta. Apelamos a todos os nossos camaradas para estejam atentos e disponíveis para as acções possíveis que teremos de levar a cabo durante o mês de Agosto, preparando as respostas adequadas para Setembro e Outubro. Sós e/ou em conjunto com as restantes associações.

Defenderemos a Condição Militar, honraremos a farda que envergamos e continuaremos a servir Portugal!

Lisboa, 31 de Julho de 2006

A Direcção